



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA
CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

MEMÓRIA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 03 de março de 2026

Horário: 9h00 às 11h50

Local: Auditório do MAPA e online.

Pauta

- Abertura. Palavras da presidente
Responsável: Roberto Levrero
- Atualização dos andamentos das Moções
Responsável: Secretaria da CTIA
- Atualizações. Reforma Tributária.
Responsável: Eduardo Lourenço, Maneira Advogados
- Avanços nos Decretos regulamentadores:
PRONARA. Decreto No 12.528/2025; Pesticidas. Decreto da Lei No 14.785/2023; Bioinsumos. Lei No 15.070/2024; SISPA (Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica)
Responsável: Henrique Bley, SDA/MAPA
- Recuperação Judicial e seus impactos no Agro
Responsável: Renato Buranello, Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio.
- Regulamentação da Lei de Bioinsumos: alguns alertas e pontos sensíveis para o setor.
Responsável: Carlos Augusto Pimentel Mendes, Diretoria de Fertilizantes Organominerais/INPAS
– Programa Nacional de Rastreabilidade Voluntária - PNRV e suas implicações.
Responsável: Cleivaldo Ribeiro, Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas, SDR/MAPA.
- Mercado de insumos:
- ASBRAM – Elisabeth Chagas; ABRAPA – Fernando Rati

1. Abertura

A reunião foi aberta pelo Presidente da Câmara Temática, Sr. Roberto Levrero, que destacou a relevância dos temas constantes da pauta, especialmente diante do contexto de aumento da carga regulatória, tributária e de custos no setor agropecuário.

2. Atualização das Moções

A Secretaria da CTIA apresentou atualização das moções em andamento. Foi sugerida a elaboração de nova moção, com enfoque no aumento da carga tributária e dos custos logísticos que impactam diretamente o

setor de insumos. Ficou acordado que as entidades encaminharão contribuições para consolidação pela Secretaria.

3. Reforma Tributária

O Sr. Eduardo Lourenço apresentou atualização sobre a reforma tributária, com destaque para:

- Impactos da Lei Complementar nº 224, especialmente a oneração de insumos agropecuários e a divergência quanto ao aproveitamento de créditos tributários;
- Tramitação do PLP nº 34, que busca excluir insumos agropecuários da nova tributação;
- Necessidade de articulação para aprovação em regime de urgência;
- Divergências quanto à publicação da lista de insumos prevista na Lei Complementar nº 214.

Encaminhamentos:

- Realização de reunião com a Receita Federal para tratar do tema;
- Atuação política para acelerar a tramitação do PLP nº 34.

4. Avanços nos Decretos Regulamentadores

4.1 PRONARA

Foi informado que o decreto foi publicado e encontra-se em fase de regulamentação por meio de resoluções específicas. Destacou-se:

- Existência de divergências entre ministérios quanto às ações prioritárias;
- Participação do MAPA em grupos técnicos;
- Ausência, até o momento, de previsão de banimento de produtos, sendo discutida apenas a classificação de risco.

4.2 Lei de Pesticidas (Lei nº 14.785/2023)

- O decreto regulamentador segue em discussão entre MAPA e Anvisa;
- Há dificuldades de alinhamento institucional;
- Previsão indicativa de conclusão até maio de 2026.

4.3 Lei de Bioinsumos (Lei nº 15.070/2024)

- Consulta pública recebeu mais de duas mil contribuições;
- Houve críticas relevantes ao texto proposto, especialmente quanto à restrição da classificação por material de origem (biológico ou bioderivado);
- Foram apontados potenciais impactos negativos, como dificuldades de registro de produtos, insegurança jurídica e risco à inovação.

4.4 SISPA

O Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica encontra-se em fase final de ajustes técnicos, com previsão de lançamento antes do período eleitoral.

5. Recuperação Judicial e seus Impactos no Agro

Foi apresentado panorama sobre o aumento dos pedidos de recuperação judicial no setor, destacando-se:

- Necessidade de reafirmação dos critérios legais aplicáveis;
- Proteção dos créditos extraconcursais;
- Monitoramento de projetos de lei relacionados;
- Preparação de estudos estatísticos;
- Articulação para realização de audiências públicas no Congresso Nacional.

6. Regulamentação da Lei de Bioinsumos – Pontos Sensíveis

Foi apresentada análise detalhada acerca da proposta de regulamentação, com destaque para:

- Possíveis inconsistências entre o decreto e a lei;
- Impactos negativos para diferentes categorias de insumos (substratos, condicionadores de solo e produtos organominerais);
- Risco de inviabilização de registros e de desenvolvimento tecnológico.

Propostas apresentadas:

- Simplificação do decreto;
- Remoção de dispositivos restritivos relacionados à classificação;
- Tratamento das especificidades por meio de instruções normativas.

7. Programa Nacional de Rastreabilidade Voluntária (PNRV)

Foi apresentada iniciativa do MAPA em parceria com a ANTT, com enfoque na rastreabilidade voluntária baseada em dados fiscais e geolocalização.

Principais pontos debatidos:

- Questionamentos quanto à efetiva voluntariedade do programa;
- Preocupações sobre custos adicionais para o setor;
- Riscos associados à segurança das informações;
- Conflito com programas existentes (PNRA e VMG).

Encaminhamentos:

- Proposição de criação de Grupo de Trabalho (GT) para aprofundar o tema;
- Articulação com o Grupo Técnico de Logística (GTT Log);
- Possibilidade de solicitação de revogação expressa de normativos existentes.

8. Mercado de Insumos e Custos

Foram relatados impactos econômicos relevantes, tais como:

- Aumento significativo no custo de fertilizantes (estimado em até 35%);
- Elevação de custos logísticos e de transporte;
- Implementação de exigências adicionais, como seguro obrigatório de cargas;
- Problemas de congestionamento e ineficiência logística.

9. Encaminhamentos Gerais

Ao final da reunião, foram consolidados os seguintes encaminhamentos:

- Elaboração de moção sobre carga tributária e custos logísticos;
- Atuação institucional para avanços na reforma tributária;
- Acompanhamento e contribuição nas regulamentações em curso;
- Criação de Grupo de Trabalho para discussão da rastreabilidade;
- Encaminhamento de propostas de revisão normativa ao MAPA;
- Ampliação do diálogo entre setor público e privado.

10. Encerramento

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, ressaltando a importância da continuidade dos debates e da articulação institucional.

Encaminhamentos

Encaminhamento	Ação	Órgão Demandado	Responsável	Prazo
Solicitação de reunião com o ministro, para adoção de medida infralegal, nos termos do §10 do art. 138 da LC nº 214/2025, para a correção da lista de insumos agropecuários prevista no Anexo IX da referida lei.	Preparar o ofício	GAB/MAPA	Eduardo Lourenço	
Solicitar avaliação e adoção das providências necessárias para a revogação expressa dos seguintes atos normativos: I Portaria MAPA nº 805, de 9 de junho de 2025; II Instrução Normativa Conjunta SPA/SDI/SE-MAPA nº 1, de 25 de agosto de 2025.	Preparar o ofício	SDR	APROSOJA	

As gravações das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras.

As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>